



Revista Tempo e Argumento  
ISSN: 2175-1803  
tempoeargumento@gmail.com  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Brasil

Barom, Wilian Carlos Cipriani  
A reivindicação política da identidade regional: a identidade latino-  
americana nos documentos oficiais do Mercosul e Unasul [1]  
Revista Tempo e Argumento, vol. 10, núm. 24, 2018, Mayo-Agosto, pp. 540-581  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310242018540>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338158055021>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc  
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso  
abierto

## A reivindicação política da identidade regional: a identidade latino-americana nos documentos oficiais do Mercosul e Unasul<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo busca refletir sobre identidade e regionalismo político latino-americano a partir da análise das normativas oficiais criadas para a integração. Observando as narrativas destes documentos, atenta-se, especificamente, à forma como reivindicam a ideia da identidade latino-americana para a região. O recorte temporal escolhido foi o período das últimas três décadas e os documentos analisados foram: Tratado de Assunção (1991); Protocolo de Intenções (1991); Planos trienais (1992 – 2015); Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (2008); Estatuto do Conselho Sul-Americano de Educação (2012); e Plano Estratégico Quinquenal para a educação (2013-2017).

**Palavras-chave:** Identidade. Integração Latino-americana. Educação – América Latina. Mercosul. Unasul.

### Wilian Carlos Cipriani Barom

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).  
Professor colaborador na mesma instituição.

Curitiba - PR - BRASIL  
wilianbarom@yahoo.com.br

### Para citar este artigo:

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. A reivindicação política da identidade regional: a identidade latino-americana nos documentos oficiais do Mercosul e Unasul. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 540 - 581, abr./jun. 2018.

**DOI: 10.5965/2175180310242018540**

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018540>

<sup>1</sup> O presente artigo resulta de uma discussão iniciada na tese de doutorado intitulada “Integração latino-americana e consciência histórica: a noção de pertencimento latino-americano de jovens brasileiros no ano de 2013”, defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, em 2017, sob orientação do professor Dr. Luís Fernando Cerri.

## The political claim of regional identity: The Latin American identity in the official documents of Mercosur and Unasur

### Abstract

this article seeks to reflect on Latin American political identity and regionalism based on the analysis of official regulations created for integration. Looking at the narratives of these documents, we looked specifically at the way they claim the idea of Latin American identity for the region. The time cut chosen was the period of the last three decades and the documents analyzed were: Treaty of Asuncion (1991); Protocol of Intentions (1991); Triennial plans (1992 - 2015); Treaty Establishing the Union of South American Nations (2008); Statute of the South American Council of Education (2012); and the Five Year Strategic Plan for Education (2013-2017).

**Keywords:** Latin American Integration. Education - Latin America. Mercosul. Unasur.

*“Nossas crianças precisam ser escolarizadas com uma nova visão de tempo e espaço: elas são argentinas, chilenas, paraguaias, uruguaia e brasileiras, mas devem ter a consciência de que pertencem a um espaço específico, a América do Sul, e de que são sul-americanas.”*  
(Iara Prado, 1998)

O presente artigo busca demonstrar a forma como a identidade latino-americana vem sendo reivindicada nos documentos oficiais do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União das Nações Sul-americanas (Unasul) nas últimas três décadas. Para isso, está dividido em duas partes. Na primeira, de modo breve, traça-se uma análise do fenômeno do regionalismo político enquanto um momento do atual capitalismo internacional, na intenção de localizar o surgimento dos dois blocos, Mercosul e Unasul. Na segunda parte, analisa-se com maior detalhe os documentos oficiais *Tratado de Assunção* (1991),

*Protocolo de Intenções (1991), Planos trienais (1992 – 2015), Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (2008), Estatuto do Conselho Sul-Americano de Educação (2012), e Plano Estratégico Quinquenal para a educação (2013-2017).*

Diante das recentes e rápidas transformações na América Latina, sua nova configuração política de alinhamento à direita, e das transformações internas do cenário político-cultural brasileiro, especialmente o desvelamento de um fascismo xenofóbico, uma cultura individualista e um ódio de classes explícito – difundidos pela grande mídia e na internet (polos dialéticos que, ao mesmo tempo, formam novas opiniões e vêm insistentemente influenciando no cenário cultural desde 2013) –, convém recuperarmos um pouco dos esforços da integração, da idealização política de um sentimento coletivo de pertencimento e da opção legal do estado brasileiro por uma proposta regional. No âmbito cultural, nos espaços públicos de socialização, aparentemente estamos migrando para um nacionalismo individualista e excludente, o que faz com que rememorar estes fatos do passado recente seja ainda mais pertinente.

Os projetos do Mercosul e Unasul se inscrevem num contexto um pouco diverso do atual, em meio ao acontecimento do regionalismo político enquanto fenômeno do capitalismo, e que na região encontrou forte e recente respaldo via alinhamento à esquerda dos países latino-americanos. Na época, décadas de 80, 90 e, especialmente, 2000, refletir sobre a integração regional e a identidade latino-americana, dizia respeito ao entendimento e melhor ajustamento das relações comerciais e das ondas migratórias, no caso brasileiro, notadamente nas zonas de fronteira, que estavam aumentando a aproximação entre as pessoas, histórias, culturas e ideias. Nos dias atuais, em meio ao acontecimento tumultuado da transição política no Brasil, fica um tanto nebuloso e obscuro afirmar a continuidade ou ruptura destes projetos regionais, questão que deixamos em aberto.

### Um breve olhar histórico sobre o contexto de criação dos blocos

Nas últimas décadas, observamos o mundo se reorganizar social, política e economicamente. Em várias regiões, os países passaram a se unir por meio de acordos

intergovernamentais dando origem a blocos inter-regionais com finalidades sociais e políticas. Atualmente, o Brasil participa de acordos que vão da união de países de mesma língua, histórias próximas, fortalecimento das economias regionais, como também vem estabelecendo alianças com países distantes, de economias divergentes e outras culturas. O critério central pode ser apontado como a promoção e manutenção do desenvolvimento econômico, por meio de uma melhor inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, seja para aproveitar o fluxo da economia internacional e alavancar as exportações nacionais, seja para fazer frente aos ditames das grandes economias internacionais, em especial a norte-americana, e suas formas coercitivas de domínio e controle dos mercados (BARNABÉ, 2011, p. 45).

De acordo com o site oficial<sup>2</sup> do governo brasileiro, o país atualmente participa de inúmeros blocos políticos e econômicos<sup>3</sup>, o que totaliza uma ampla relação com aproximadamente noventa países. Esse fenômeno de interligação das economias, políticas e culturas, via internacionalização do capital, ganha maior entendimento quando atentamos às transformações que ocorreram no setor produtivo das últimas décadas.

Internamente à organização do trabalho e da produção, a passagem do modelo “fordista” para o modelo japonês de “acumulação flexível” – ou também conhecido como “pós-fordista”<sup>4</sup> – nos países de capitalismo avançado garantiu uma maior internacionalização das produções diante do contexto de expansão do capital, pós-

<sup>2</sup> <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/confirma-os-blocos-politicos-e-economicos-dos-quaes-o-pais-participa>>. Acesso em: 28/02/2017.

<sup>3</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS); G-20; G-15; Cúpula Ibero-americana; Aliança de Civilizações; Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-EU); Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); Cúpula América do Sul – África (ASA); Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL); Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC); Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

<sup>4</sup> De acordo com a obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, do sociólogo Krishan Kumar, o conceito “pós-fordista” se refere a uma linha teórica específica de esquerda, de várias correntes, que, de certa maneira, distanciam-se dos teóricos que se pautam no conceito de “sociedade de informação”. Diante desse contexto de transformação das últimas décadas, os teóricos buscam apreender a sociedade contemporânea, seja a partir de uma ótica otimista, evolucionista, considerando as forças de produção, a tecnologia (neutra) como motor das transformações sociais (“sociedade da informação”); seja enfatizando as relações de produção, em que a tecnologia perde seu caráter de neutralidade, ou tom progressista, e é posta em função das relações sociais, que lhe determinam o uso e aplicação (“pós-fordista”). Ver Kumar (1997, p. 49).

década de 1970 (HARVEY, 2012, p. 135)<sup>5</sup>. Segundo a economista Elizabeth Bortolaia Silva (1994), essa passagem ocorreu de forma bastante lenta e gradual, pois os países do ocidente lançaram muitas dúvidas sobre o modelo japonês de produção: se ele seria mesmo original, rompendo de fato com o modelo fordista precedente, se as suas técnicas de gestão eram confiáveis a longo prazo e se existiam possibilidades reais e limites na transferência deste modelo para os países ocidentais. A discussão que resultou desses questionamentos levou a um significativo debate teórico, particularmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra<sup>6</sup> (SILVA, 1994, p. 108).

De um padrão industrial centrado na produção e no consumo em massa, em série, na divisão do trabalho em todos os níveis da atividade econômica, na extensão da mecanização e no uso de máquinas dedicadas e de trabalho não qualificado<sup>7</sup> (características do modelo fordista), as gestões produtivas passaram a se reorganizar pautando-se na ideia de flexibilidade, com estoques reduzidos, e pequenas quantidades, na intenção de suprir as demandas colocadas no momento exato (*just in time*), atendendo a mercados diferenciados, com públicos mais específicos. Esse padrão é uma reorganização consequente da expansão dos mercados, das pluralidades das demandas, que se acentuam diante do aumento das redes de comunicações das últimas décadas. Nesse regime, os produtos somente são fabricados ou entregues a tempo de serem comercializados ou montados, o que acaba por desterritorializar os grandes sistemas de fábricas – em suas organizações primárias nacionais –, em múltiplos segmentos que se espalham pelo mundo, na busca por mercados cada vez mais promissores, num processo de acompanhamento rápido das transformações dos padrões de consumo.

Além da proximidade com relação ao consumidor, essa mudança de regime deu nova liberdade aos sistemas produtivos, que buscaram se desapegar dos tradicionais

<sup>5</sup> David Harvey não reflete diretamente sobre o Brasil e a América Latina, mas sim sobre as transformações que ocorreram no centro do sistema capitalista, em especial Europa e EUA, e dele decorreram. Duas leituras que trazem essa discussão para o caso latino são: *Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil*, de Lucia Cortes da Costa (2006) e *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, de Carlos Eduardo Martins (2011).

<sup>6</sup> A pesquisadora Elisabeth Bortolaia Silva (1994) aponta os seguintes trabalhos: nos Estados Unidos (PIORE; SABEL, 1984; KENNEY; FLORIDA, 1988), na França (AGLIETTA, 1979; BOYER, 1986; CORIAT, 1990) e na Inglaterra (TOLLIDAY; ZEITLIN, 1986; WOOD, 1989).

<sup>7</sup> Definição de modelo fordista (TOLLIDAY; ZEITLIN, 1985 apud SILVA, 1994, p. 107).

riscos do modelo de produção em massa – no pensamento de Harvey, entendidos como “rigidez do modelo fordista” (HARVEY, 2012, p. 135) –, uma vez que se referem aos grandes investimentos necessários, capital fixo de larga escala e de longo prazo num mesmo local, num mesmo mercado, dependente de extensas relações trabalhistas, em íntima relação com o Estado e com suas consequentes políticas de assistência social.

No caso da América Latina, para a década de 1980 e 1990, esse processo ainda pode, em certa medida, ser considerado inconcluso, pois em muitas áreas ocorrem resistências ou coexistências desses modelos. Para o Brasil, por exemplo, Silva (1994, p. 112) nos aponta a falta de consenso no debate acadêmico para definir alguma hegemonia de modelo nos períodos da década de 70 e 80 – análise essa endossada pelo economista Cândido Guerra Ferreira (1997). Em seu texto *Pós-fordismo no Brasil*, Elizabeth Bortolaia Silva distingue estilos de fordismos que variaram conforme os períodos. Teria havido uma fase populista em período ditatorial (especialmente na década de 1970), em que predominaram as formas paternalistas de relações entre o capital, o trabalho e o Estado. Já no que diz respeito à década seguinte, a autora a definiu como um período bastante complexo, caracterizado por: a) uma mescla entre tradições e heranças do passado; b) desaceleração industrial pelo recuo do incentivo do Estado; c) ser um período de particular instabilidade das políticas econômicas; d) (coexistindo aos pontos anteriores) avanços no gerenciamento democrático, especialmente na indústria automobilística. A autora considerou, assim, esse período como de transição – um processo, portanto, não homogêneo, em que os resultados encontrados numa indústria não podem ser generalizados para outros ramos –, diferenciando-se e se opondo à interpretação de Ruy de Quadros Carvalho e Juberi Schmitz para o mesmo período, os quais apontaram que a introdução da automação flexível teria gerado, contraditoriamente, também o fortalecimento do fordismo, no estilo brasileiro de um fordismo autoritário. Para a autora, que escreveu em 1995, a década de 1990 seria ainda um período em aberto, o qual, porém, ela teria se precipitado em conceituar como de um “fordismo nostálgico”, que se iniciava marcado pela heterogeneidade estrutural: grande dispersão da distribuição de renda, disparidades regionais fortes, altos diferenciais de produtividade entre os setores econômicos e dentro deles (SILVA, 1994, p. 114).



Retornando à década de 1970, externamente ao caso brasileiro, mas em relação com ele, David Harvey (2012) aponta que as mudanças tecnológicas, as fusões e incorporações de empresas, o impacto do petróleo na economia em 1973, o surgimento da concorrência japonesa (com nova concepção de gestão e produção automobilística), e novas necessidades no que se refere ao consumo ao redor do globo, são os acontecimentos que marcaram essa mudança gradual rumo à intensificação da internacionalização do capital, através da “flexibilização. De acordo com Corsi (2010, p. 123), essa reestruturação do sistema, que ocorreu na década de 1970, recompôs a rentabilidade do capital ao deslocar/redistribuir setores importantes da indústria, o que abriu novas fronteiras de acumulação, em especial na Ásia. Nesse processo, foram introduzidas novas tecnologias que buscaram poupar trabalho e diferentes formas de reorganização do processo de trabalho, acompanhadas da desregulamentação dos mercados e da precarização das condições de trabalho,

[...] mudanças que contribuíram para fragmentar a classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Observa-se a rápida e acentuada desregulamentação das economias nacionais, caracterizada pela abertura comercial e, sobretudo, financeira. O incremento da concorrência, a reestruturação produtiva e as novas tecnologias têm condicionado profundas alterações nas classes sociais, na luta de classes e na posição dos países no capitalismo globalizado. (CORSI, 2010, p. 123).

Um deslocamento espacial para a “periferia”, sob o comando dos grandes oligopólios, de acordo ainda com Corsi, serviu para manter e reestruturar a hegemonia norte-americana e também iniciou um processo lento de abertura e inserção de economias nacionais periféricas que passaram a receber esses setores industriais e relocar seus próprios setores no cenário internacional. Ao longo da década de 1980, inúmeras multinacionais, num movimento crescente, buscaram nos países periféricos incentivos fiscais, custos reduzidos em mão de obra, matérias-primas e mercados consumidores, a exemplo da América Latina, onde encontraram terrenos férteis nas economias nacionais endividadas, em contextos inflacionários, de crises políticas e de superação dos regimes ditatoriais militares.

Esse acontecimento foi possível por ter encontrado nas economias dependentes nacionais, via políticas neoliberais, um processo interno de desregulamentação dos



sistemas bancários e dos mercados financeiros o que refletiu na diminuição dos preços dos transportes nacionais e internacionais e nas articulações com os desenvolvimentos das comunicações e dos processamentos de dados, o que permitiu que as matrizes dos grupos coordenassem e controlassem seus procedimentos globais de produção, espalhados geograficamente (CORSI, 2010, p. 125). Organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, também colaboraram na internacionalização do capital ao regulamentar o funcionamento dos mercados e garantir os direitos relativos à propriedade intelectual. Vale ressaltar que com essa possibilidade recente de ampliação das exportações, as multinacionais passaram a influenciar e ocupar gradativamente os espaços políticos dos Estados, de modo a criar legislações internas que facilitem o alinhamento com esses interesses externos.

Na América do Sul, no contexto industrial, essas multinacionais passaram a ocupar grandes setores, exercendo hegemonia em variados ramos de atividades, como a indústria alimentícia, siderúrgica, automobilística, metalúrgica, eletroeletrônica, química, farmacêutica e agroindústria. Contudo, no intuito de os estados atuarem como agentes nesse processo de internalização do capital, as medidas políticas, basicamente orientadas pelo Consenso de Washington, FMI e Banco Mundial – com maior ou menor aceitação pelos países latino-americanos –, geraram custos sociais. A adoção dessas medidas pelas políticas neoliberais não significou relação direta com o desenvolvimento dessas economias latinas, nem mesmo uma uniformidade nos desenvolvimentos. Arceo e Bausualdo, citados por Corsi (2010, p. 126), apontam que, para além dessa adoção de modo estrito, o desenvolvimento das economias latinas dependia de outras complexas determinações, que incluem: a divisão internacional do trabalho, as características do centro hegemônico, o ciclo da economia mundial, a estrutura interna de classes, os recursos naturais disponíveis, a situação geopolítica, as condições históricas herdadas e as lutas de classe de cada país. Isso, de certo modo, explicaria a contradição na proposição, de modo uniforme, aos países latino-americanos, das dez medidas de Washington: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.

Essas políticas podem ser mais bem explicadas quando retornamos à década de 1970, especialmente na Europa e EUA, e percebemos uma gradual recuperação – com grande apelo ideológico – das discussões sobre as potencialidades do livre mercado e da diminuição da regulação do Estado na economia, em substituição às políticas econômicas até então keynesianas voltadas para o investimento (COSTA, 2006, p. 68).

A regulação do Estado passou a ser considerada um entrave ao desenvolvimento da economia, pois, especialmente nos países centrais, houve um processo de diminuição do ritmo do crescimento econômico e um aumento nos déficits públicos. A queda na taxa de retorno dos investimentos levou a um crescimento lento da economia, num contexto de aumento dos déficits públicos e inflação. Iniciou-se uma ofensiva dos setores mais conservadores das classes capitalistas nos países centrais, colocando a tese da necessidade de reduzir a capacidade de intervenção do Estado na economia. O peso da socialdemocracia na definição da política econômica implementada pelo Estado era assegurado pela forte pressão dos sindicatos. O capital passou a sentir-se amarrado pela pressão dos movimentos sindicais e pela ação do Estado. (COSTA, 2006, p. 68)

Neste sentido, para a implementação das políticas neoliberais, o Estado foi sistematicamente acusado de possuir gastos públicos além da arrecadação, o que teria favorecido surtos inflacionários, como resultado das despesas consideradas insuportáveis para a economia, a exemplo do sistema de proteção social, do departamento de saúde e do sistema público de educação. Esses gastos inibiriam os investimentos e o crescimento econômico. A assistente social e professora Lúcia Cortes Costa aponta, como exemplos nesta conjuntura de ataques, as ideias monetaristas do economista Milton Friedman, membro da escola de Chicago, que retomou as ideias do economista naturalizado britânico Friedrich Hayek<sup>8</sup>. Friedman denunciava o gigantismo do Estado e a supressão da

---

<sup>8</sup> Friedrich August von Hayek (Viena, 8 de Maio de 1899 — Friburgo em Brisgóvia, 23 de Março de 1992) foi um economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizado britânico. Defensor do liberalismo clássico, é provavelmente melhor conhecido por sua associação à Escola Austríaca de pensamento econômico e por sua atuação como professor da *London School of Economics*. Segundo Perry Anderson (1995, p. 9), em 1947 convocou vários economistas e estudiosos para uma reunião na pequena estação *Mont Pèlerin*, na Suíça, onde fundou a sociedade de *Mont Pèlerin*, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente organizada, cujo propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo livre de regras”. Dentre os seletos convidados: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga.

liberdade dos indivíduos. Essa teria sido a bandeira desse movimento conservador, que recebeu o nome de neoliberal, um processo deflagrado inicialmente na Inglaterra por Margareth Thatcher (1979), nos Estados Unidos por Ronald Reagan (1980), na Alemanha Ocidental por Helmut Josef Michael Kohl (1982) e na Dinamarca por Poul Holmskov Schlüter (1983) (COSTA, 2006, p. 79). Esse movimento foi uma retomada dos ideais do liberalismo clássico<sup>9</sup>, passando gradativamente a compor as agendas políticas dos anos de 1980<sup>10</sup>. O Estado passou a estar no centro da disputa neoliberal, como local de onde emanam as políticas de defesa e liberdade de ação para o grande capital.

A autora ainda indaga sobre a maneira como estas ideias teriam ganhado espaço dentro das discussões políticas nos diferentes países e fragilizado setores organizados da sociedade. Foi um período em que o discurso conservador ganhou muita força e aceitação e este fato só foi possível dada a convergência de pelo menos três fatores:

A nossa argumentação vai no sentido de afirmar a tese de que a ascensão do movimento político-ideológico denominado neoliberalismo guarda íntima relação com o processo de globalização econômica, especialmente depois da crise econômica dos anos 1970 e da derrocada do socialismo real, já evidente nos anos 1980. É um mesmo processo histórico, em que as estratégias da organização produtiva se globalizaram, ao lado de uma ofensiva ideológica do grande capital, que, pressionando a esfera política, buscou restaurar o prestígio do livre mercado. [...] Analisando como ganharam força as ideias neoliberais, aceitamos a tese de que a ascensão desta nova direita conservadora está ligada às crises econômicas e políticas do período de 1960 a 1980, ao questionamento do modo de produção fordista e ao modelo de gestão estatal de amplas esferas produtivas, ditas estratégicas. (COSTA, 2006, p. 77)

Esse foi um processo de ascensão das ideias neoliberais, que, em termos propagandísticos, de acordo com o economista David Ibarra em *O Neoliberalismo na América Latina* (IBARRA, 2011, p. 239), incidiu sobre a América do Sul como uma tese

<sup>9</sup> A autora assim define estes ideais: “as ideias de que o indivíduo é o responsável pelo seu desenvolvimento, que os salários comprometem os lucros, que a nova base tecnológica exige mudanças no mundo do trabalho e que é preciso dinamizar o mercado, reduzindo o Estado. Neste contexto histórico, a palavra mágica do capital é a competitividade, sua alma é a concorrência e sua ética é o egoísmo individualista, voltado para os interesses privados” (COSTA, 2006, p. 74).

<sup>10</sup> Para Perry Anderson (1995, p. 9), o movimento neoliberal vem se gestando desde o final da II Guerra Mundial, sendo o seu texto de origem *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944.

esperançosa de que a liberdade dos mercados compensaria o atraso histórico das nações ao se abrirem as fronteiras e estabilizarem-se os preços e as contas públicas. Esperava-se que o desenvolvimento exportador e os investimentos estrangeiros erradicassem a pobreza, promovessem o desenvolvimento tecnológico e até mesmo incentivassem a transparência nas ações dos governos, como antídoto à corrupção.

O autor ainda assinala, em três pontos, as consequências da implantação destas políticas: a) a supressão do protecionismo industrial, e de outras formas de intervencionismo estatal, que, quando se somam às privatizações e à abertura de fronteiras, alteram radicalmente as distribuições de renda, as oportunidades de progresso e a própria estratificação social; b) o abandono da estratégia de crescimento interno, passando-se a postular as exportações como via de progresso, com o Estado cedendo o comando ao mercado para que este fixe as direções e os resultados do manejo socioeconômico; c) a substituição, no domínio da política, do nacionalismo por uma espécie de cosmopolitismo, no qual se dissolvem as soberanias dos Estados e as entidades nacionais (IBARRA, 2011, p. 240).

Para os países de capitalismo avançado, especialmente os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Perry Anderson em seu texto *Balanço do Neoliberalismo* (1995), aponta sucessos e derrotas na implementação que ocorreu na década de 1980. No seu propósito de deter a inflação da década de 1970, o êxito foi inegável, no conjunto de países da OCDE a taxa caiu de 8,8% para 5,2%; no referido à deflação, condição para a recuperação dos lucros, também houve êxitos reais, o lucro das indústrias subiu de 4,2% para 4,7%; outros sucessos – inerentes ao propósito neoliberal – foram a contenção dos salários, a derrota do movimento sindical, o aumento no grau de desigualdade social e o aumento na taxa de desemprego, que subiu de 4% para 8% no final da década de 1980. Quanto aos insucessos da proposta, o autor aponta dois casos: as taxas de crescimento que não corresponderam às medidas adotadas, já que a desregulamentação financeira criou condições muito mais propícias para a especulação do que para a produção; e o peso do Estado de Bem-Estar que não diminuiu muito (tese

também apontada pela economista Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky<sup>11</sup>), em virtude do aumento nos gastos sociais com o desempregado e o aumento demográfico dos aposentados na população (ANDERSON, 1995, p. 14). Ironicamente, o projeto neoliberal europeu e americano sobreviveu à recessão de 1991, apesar dos aumentos significativos no endividamento privado das famílias e nas contas públicas de quase todos os países da OCDE, o que somou um total de 38 milhões de desempregados para o bloco. Esse segundo alento do neoliberalismo nos países da Europa, ainda segundo Perry Anderson, pode ser explicado pela vitória do projeto em outras áreas do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, de 89 a 91 (ANDERSON, 1995, p. 16).

Para o caso da América Latina, de modo ainda mais pragmático, também como consequências destas políticas – visto que, apesar da inédita experiência chilena de Augusto Pinochet (1973) e da variante neoliberal “progressista” boliviana de Victor Paz Estenssoro (1985), o neoliberalismo adentra na região basicamente na virada da década de 1990<sup>12</sup> – Fernando Jorge Correia de Freitas (2003) assinala o aumento da desigualdade social, o fenômeno da favelização das cidades, o processo gradual de extinção dos direitos trabalhistas e o detrimento dos mercados e indústrias nacionais em favor do consumo e dos investimentos internacionais. Assim, de certa forma, a década de 1980 representou um período transitório de desajuste entre as heranças econômicas, sociais e

<sup>11</sup> Segundo Kerstenetzky (2011, 2012), o Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) é um tipo de intervenção do Estado que interpreta as vulnerabilidades econômicas e sociais dos cidadãos como problemas da sociedade e não do indivíduo. Assim, desemprego, gravidez, pobreza, acidente de trabalho, a incapacidade de trabalho em decorrência da velhice ou doença, aposentadoria, entre outros, são questões que passam a ser de interesse do Estado nos países da OCDE, basicamente a partir do período entre guerras. O diagnóstico da autora é de que o *Welfare State* tradicional, centrado na seguridade, encontra-se num processo de adaptação para responder aos novos riscos sociais. Na maioria dos casos, as crises das décadas de 1980 e 1990 não diminuíram os gastos sociais do Estado, não se traduzindo efetivamente numa crítica ao Estado de Bem-Estar (2011, p. 6). Sobre o caso brasileiro, a autora aponta certa controvérsia na literatura sobre a existência do Estado de Bem-Estar Social dado o vasto mercado informal de trabalho, o alcance limitado da proteção social, os serviços sociais com cobertura aquém do desejável e qualidade insuficiente. Contudo, refuta este posicionamento apresentando os avanços das últimas décadas nos direitos civis e sociais e os respectivos aumentos nos gastos públicos, e enquadra o caso brasileiro como um *mix* entre os modelos liberal, conservador e social-democrata (dependência dos cidadãos em relação ao mercado, família ou Estado para se assegurarem do Bem-Estar – os três regimes de *Welfare State* propostos pelo sociólogo dinamarquês Gosta Esping-Andersen em 1990).

<sup>12</sup> Segundo Perry Anderson (1995, p. 19), a virada continental em direção ao neoliberalismo começou basicamente na presidência de Salinas, no México (1988), seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina (1989), da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, da eleição de Fujimori, no Peru (1990). Podemos ainda acrescentar o caso brasileiro, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995).

políticas do período desenvolvimentista – a exemplo do Brasil – e as mudanças em curso no cenário internacional. Ao mesmo tempo em que se intensificavam as desigualdades sociais, econômicas e culturais internas dos países latino-americanos – o que pode justificar a ascensão dos governos de centro-esquerda na década de 2000<sup>13</sup>, como rechaço popular às políticas neoliberais –, no campo internacional, no âmbito político e econômico, os Estados buscaram promover acordos de integração regional como forma de melhor se adequar ao contexto internacional, fazer frente à influência norte-americana e asiática e também consolidar mercados (regionais e globais) aos interesses das exportações nacionais. Esta é a interpretação do cientista político Israel Roberto Barnabé, em seu texto *Unasul: desafios e importância política*, que compreende o fenômeno recente da integração latina<sup>14</sup> como uma forma ampliada de “regionalismo aberto”.

Ao fortalecer a atuação dos Estados Nacionais, o regionalismo pode constituir-se enquanto uma opção regional alternativa e não simplesmente resultado de uma imposição da globalização com o objetivo de atender os ditames dos países centrais, como defendem alguns pesquisadores. Sem dúvida nenhuma, a formação de blocos regionais, o chamado regionalismo, é atualmente uma das principais características do cenário internacional. De relações que anteriormente se davam apenas entre unidades políticas individuais, temos hoje uma

<sup>13</sup> Destacamos os governos de Hugo Chaves (1999/VEN), Luís Inácio Lula da Silva (2003/BRA), Néstor Carlos Kirchner na Argentina (2003/ARG), Evo Morales (2006/BOL), Rafael Correa (2007/ECU) e José Alberto Mujica Cordano (2010/URY). Para o caso brasileiro, convém apontarmos que a reforma democrática do Estado, construída por meio da elaboração da Constituição de 1988 (que sintetizou as bases legais de um Estado com responsabilidades sociais), foi sufocada pela reforma liberal da década de 1990: “uma reforma democrática que nasceu num contexto de contra-reformas liberais” (COSTA, 2006, p. 165). Esta é a interpretação de Lúcia Cortes da Costa, com a qual concordamos, que descreve a década de 1980 como um período de significativo avanço nas forças democráticas do país, que foi logo silenciado pelos governos de Fernando Collor de Mello e depois de Fernando Henrique Cardoso, que governaram de forma antidemocrática e centralizadora, à base de medidas provisórias, o que suprimiu as demandas dos movimentos sociais. Neste sentido é que compreendemos o período posterior, do governo de Luís Inácio Lula da Silva, como um período de apropriação do Estado, em significativa medida, por esses setores até então marginalizados pelas políticas sociais e econômicas. Some-se a isso, segundo Silvia Finocchio (2012, p. 108), o contexto latino-americano de críticas ao colonialismo cultural, em particular a crítica à dominação racial, que refletiu no Brasil em políticas multiculturais (políticas de identidade), a exemplo das leis de recuperação da história e cultura Afro-brasileira (Lei 10.639/2003) e de valorização de línguas e etnia indígenas (Lei 11.645/2008).

<sup>14</sup> Não adentrando na história do conceito de América Latina, sua ligação com o expansionismo francês ou norte-americano no século XIX, convém aqui apenas indicarmos que a idealização da integração “latina” por parte do governo brasileiro pode ter mais a ver com a proximidade geográfica entre os países sul-americanos, a partir do critério econômico, do que a ver com critérios histórico-culturais (PARKER GUMUCIO, 2008, p. 18).



gama de acordos que envolvem negociações isoladas entre países, relações intra-blocos, relações entre países individuais e blocos econômicos e relações entre blocos. (BARNABÉ, 2011, p. 45)

Ao atribuir maior protagonismo aos atores políticos, no entendimento do regionalismo como uma estratégia de Estado, o autor busca demonstrar a fragilidade do pensamento dualista (dentro/fora) no entendimento da atual configuração dos Estados Nacionais ao apontar a coexistência crescente de empresas multinacionais/transnacionais no continente sul-americano com as políticas específicas de Estado que, numa aparente contradição, buscam defender os produtos e recursos nacionais e regionais. Divergindo um pouco de David Ibarra, que indicou a dissolução dos Estados e entidades nacionais, Barnabé aponta para um rearranjo de suas funções e responsabilidades a partir de uma aproximação entre os interesses privados e de Estado: um empoderamento da máquina pública em função dos interesses comerciais privados.

Podemos assumir que a concorrência capitalista faz com que os diferentes investidores desenvolvam a produção da forma mais produtiva possível. E, neste sentido, a fim de conquistar poder no mercado, criam diferentes estratégias para manter e aumentar o acesso aos mercados consumidores e condições favoráveis para a produção, visando ao aumento na taxa de lucro (COSTA, 2006, p. 58). Com essa intenção, a apropriação da máquina pública ocorre para solicitar do Estado a necessidade de estabelecimento de barreiras alfandegárias e não tarifárias, o controle sobre a força de trabalho, sobre o valor dos salários e o uso do mecanismo cambial, a fim de dar competitividade à economia nos mercados interno e externo. Desse modo, em certa medida, o fenômeno do regionalismo está alinhado aos interesses dos grupos que controlam e participam da produção nacional.

Concluindo esta primeira parte, para além de um movimento crescente de fluxos de capitais e produtos, o fenômeno do regionalismo vem também incentivando e intensificando as ondas migratórias que já existiam na região, colocando em maior contato as pessoas, suas culturas, histórias e ideias.



Esta relação está posta no último informe do Sistema Contínuo de Relatórios sobre Migração Internacional nas Américas (SICREMI)<sup>15</sup>, de 2015. Nesse relatório, referindo-se ao período de 2010 a 2013, constata-se que os fluxos migratórios intrarregionais aumentaram 17%, quase uma dobra em quatro anos (SICREMI, 2015, p. 13). Esse crescimento, superior à média das migrações inter-regionais em direção aos países americanos (5%), pode ser associado

con la estabilización o la disminución de movimientos de América Latina y el Caribe a países de la OCDE; por otro lado, también parece estar asociado a la creciente importancia de los procesos de integración regional entre los países de las Américas, en particular el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), la Comunidad Andina de Naciones (CAN), la Comunidad Caribeña (CARICOM) y el Sistema de la Integración de Centroamérica (SICA). (SICREMI, 2015, p. 5)

Podemos acrescentar também o impacto da crise econômica de 2008 sobre o continente europeu, o que diminuiu gradativamente as ofertas de empregos no continente e o cenário mais favorável de estabilidade econômica apresentado por alguns países sul-americanos, em virtude de suas recentes aproximações comerciais com a China. Contudo, o próprio documento da Organização dos Estados Americanos (OEA) não é conclusivo na relação entre migrações e fatores econômicos, afirmando que os fluxos na região, mesmo subindo, continuam baixos quando comparados com o montante das migrações sul-americanas em direção aos demais países da OCDE. Ainda assim, afirma que

los factores económicos sin duda operan a nivel regional, en donde existen mercados laborales transfronterizos. Además, la liberalización de los movimientos en el contexto de los acuerdos regionales de integración (Mercosur, Comunidad Andina, SICA y CARICOM) casi sin duda ha contribuido en años recientes a los movimientos regionales. (SICREMI, 2015, p. 7)

<sup>15</sup> Segundo o site oficial do SICREMI, assim é definido o Sistema Contínuo de Relatórios sobre Migração Internacional nas Américas: “emprendimiento de la Organización de los Estados Americanos (OEA) que tiene como objetivo contribuir a la promoción y desarrollo de políticas públicas que conduzcan a mejorar la gestión migratoria en las Américas”. O emprendimiento “recolecta datos de diversas fuentes (censos, encuestas, registros administrativos, etc.) para procesar y difundir información sobre la magnitud, tendencias y características de la migración internacional en los países participantes”. Disponível em: <<http://www.migracionoea.org/index.php/es/sicremi-es/acerca-de-sicremi.html>>. Acesso em: 23/11/2015.

De modo sintético, acreditamos que, na esteira das relações comerciais que atualmente são amplificadas pelo acontecimento do regionalismo político, ondas migratórias vêm ocorrendo, no caso brasileiro especialmente nas zonas de fronteira, aproximando e integrando os países da América Latina. É nesse contexto de contato, apontando para um futuro de proximidades ainda maiores entre esses povos, que os documentos oficiais da integração vêm reivindicando à região a necessidade de criação/valorização/encontro de uma identidade latina comum, supranacional como forma de auxílio à integração. No próximo ponto, buscaremos demonstrar esse processo de reivindicação política atentando especificamente aos documentos oficiais do Mercosul e Unasul.

### A identidade latino-americana nos documentos oficiais

Numa perspectiva recente, desde o ano de 1980, com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), depois com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, e, atualmente, configurados em torno da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), desde 2008, os países sul-americanos buscam romper as distâncias históricas e aproveitar as proximidades geográficas para iniciar projetos regionais mais sólidos de laços políticos e econômicos. Mesmo divergindo sensivelmente em suas intenções, os três projetos de integração possuem importância na construção direta de uma cultura de integração, na esfera política e econômica, que vem refletindo nas demais esferas culturais e sociais dos países envolvidos. Atualmente, conseguimos perceber, novos países vão gradualmente se unindo a esses três projetos de integração, os quais coexistem, ajudando, assim, a compor esta regionalidade.

Quando adentrarmos, de modo breve, nos documentos oficiais destes três projetos, percebemos maiores detalhes que enriquecem nossa discussão acerca da reivindicação política da identidade regional.

No “Tratado de Montevideu 1980”<sup>16</sup>, que institui a Associação Latino Americana de Integração (Aladi), percebemos uma aliança estritamente econômica, que se enquadra na tese esperançosa, caracterizada por David Ibarra e indicada anteriormente, segundo a qual a liberdade para o comércio promoveria, como consequência, a melhoria da vida social. Buscando dar continuidade às intenções iniciadas num tratado anterior – o Tratado de Montevideu de 1960 –, este de 1980 acaba por estabelecer as bases do futuro Mercosul. Com esse tratado, estabeleceu-se um conjunto de normas que buscaram regulamentar a reciprocidade dos comércios, as complementações econômicas, as ações futuras de cooperação econômica e a ampliação dos mercados. Imbuídas da ideia de “solidariedade”, no intuito de fortalecer os “laços de amizade”, e de um apoio aos países de menor desenvolvimento econômico, a Associação defendeu que a integração econômica regional aceleraria os desenvolvimentos econômicos e sociais de cada nacionalidade, assegurando um “melhor nível de vida para os seus povos”.

No documento, inúmeras vezes é assinalada a ideia de que não deve haver um país a se beneficiar mais do que os outros, e de que a regulamentação criada para um pode ser reivindicada e estendida a outros do bloco. Essas prescrições refletem a preocupação histórica com a possibilidade do imperialismo brasileiro e argentino (BETHELL, 2009, p. 301).

A única brecha que o documento apresenta para a possibilidade de relações não econômicas se encontra no artigo 14: “Los países miembros podrán establecer, mediante las reglamentaciones correspondientes, normas específicas para la concertación de otras modalidades de acuerdos de alcance parcial”. Isso é permitido desde que se mantenha a harmonia das cooperações científicas e tecnológicas e, quanto aos movimentos migratórios, que o turismo seja realizado respeitando o meio ambiente.

Onze anos depois, o projeto idealizado de união comercial ganha maior solidez na proposição da criação legal do Mercosul, através do “Tratado de Assunção”, assinado em 23 de março em 1991<sup>17</sup>. Com o fim dos governos autoritários no Brasil e na Argentina,

<sup>16</sup> <<http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/tratadoweb/tm80>>. Acesso em: 25/08/2015.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Mercosultratadoassuncao.pdf>>. Acesso em: 26/08/2015.

iniciou-se um período de superação dos limites de ordem imaginária e política na região. De acordo com a historiadora Léia Adriana da Silva Santiago (2013), as controvérsias sobre o aproveitamento dos rios e da energia (Brasil – região platina) e o apoio brasileiro na questão das Malvinas, em 1982, foram passos fundamentais no desarmamento dos espíritos e na aproximação entre os dois grandes países da América do Sul (mais especificamente entre os eixos industriais e comerciais de Buenos Aires e São Paulo) resultando na instituição do Mercosul<sup>18</sup>. Além disso, o final da década de 1980 teria sido um período de menor influência e atuação dos Estados Unidos sobre a região (SANTIAGO, 2010, p. 3).

No tratado de Assunção – um detalhamento de como eliminar, progressivamente, as barreiras alfandegárias no prazo máximo de quatro anos – idealiza-se um aceleração dos processos de “desenvolvimento econômico com justiça social”, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (denominados “Estados Partes”). Em consonância e respeitando a vigência da Associação Latino Americana de Integração, de 1980, os Estados Partes buscam “aproveitar de modo mais eficaz os recursos disponíveis”, “melhorar as interconexões físicas” e as políticas macroeconômicas e setoriais (de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial e de capitais, de serviços, alfandegário, de transportes e comunicações), visando a uma “adequada inserção internacional” em meio aos novos espaços econômicos criados no cenário mundial. Constrói-se um projeto de redução conjunta das tarifas alfandegárias entre os membros, esperando-se chegar à tarifa zero em 1994, e o acordo estabelecido de tarifas comuns para as atividades econômicas externas aos Estados Partes. O Mercosul pode ser visto

---

<sup>18</sup> Contrastando ao tom otimista do documento oficial, a professora Maria Helena Rolim Capelato assim descreve o surgimento do MERCOSUL: “Com relação ao Brasil, país menos afetado do que seus vizinhos do ponto de vista econômico, mas também com dificuldades de solucionar as disparidades sociais, ocorreu um fenômeno surpreendente: os brasileiros, sempre de olhos voltados para o outro lado do Atlântico ou para o irmão do “Norte”, com os quais muitos se identificavam em seus delírios de grandeza, acabou tendo que desviar o olhar para os vizinhos do sul. Isto ocorreu quando, depois de acreditarem nas promessas da ditadura de que o “Gigante adormecido” acordara, tiveram que enfrentar um cenário de grave crise quando o sonho acabou. O Mercosul contribuiu pouco para a resolução dos problemas brasileiros e das outras nações envolvidas, mas o reconhecimento da dificuldades de reconstrução de um país em novas bases após 20 anos de ditadura, violência política que atingira igualmente Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, acrescida da crise econômica que assolou a região no momento das redemocratizações, sensibilizou parcelas da sociedade brasileira que passaram a admitir similaridades, antes ignoradas ou negadas, em relação às nações com as quais compartilhavam uma origem histórica comum” (CAPELATO, 2013, p. 19).

como uma resposta ao rápido sucesso dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan), ao longo da década de 1980, e às movimentações no continente europeu em torno da criação da União Europeia, em 1993.

Argumentos como “melhorar as condições de vida de seus habitantes”, “união mais estreita entre seus povos”, também demonstram a relação presente no texto entre sucesso econômico e promoção do desenvolvimento social, como no documento anterior. A diferença é que o Mercosul avança, ao se desdobrar em outros documentos que contemplam a necessidade de incentivar e regulamentar relações de natureza não comerciais. Vale destacar seus desdobramentos na área da cultura e educação, com a criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM), idealizado a partir do “Protocolo de Intenções”, ainda em 1991.

Em 13 de dezembro do referido ano, na cidade de Brasília, reuniram-se os ministros da Educação de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai<sup>19</sup> no estabelecimento de um acordo de natureza especificamente educacional, como complemento ao tratado firmado em Assunção. O “Protocolo de Intenções” expõe uma dupla natureza. Por um lado, apresenta-se intimamente vinculado aos interesses que buscam otimizar a produção – em expressões como “a melhoria da produção requer a elevação de níveis de educação”, “para fortalecer a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais é fundamental considerar a Educação” e “formação de recursos humanos que requer o Mercosul” –, numa relação estreita entre comércio e educação. A educação escolar é vista como fundamento para que se consolide e desenvolva a integração comercial, especificamente, com currículos voltados a temas relacionados ao trabalho, emprego, produção e inovação científico-tecnológica. Por outro lado, o documento também aponta um sentido de integração que julgamos ser mais solidário: de superação das históricas distâncias culturais, utilizando-se de expressões aglutinadoras – uma ideia de “nós” –, entendendo a educação como instrumento nesse processo positivo de promoção de uma coletividade comum, em expressões como “a integração da herança cultural dos povos latino-americanos”, “a capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos

<sup>19</sup> Respectivamente, Prof. Antonio Salonia, Dr. Antônio Teixeira de Souza Júnior, Dr. Hugo Estigarribia Elizeche e Dr. Guillermo Garcia Costa.

valores comuns e na afirmação de sua identidade ante os desafios do mundo contemporâneo” e “formação de uma *consciência social* favorável ao processo de integração”<sup>20</sup>. O que se evidencia é que, embora seja um documento submisso aos interesses do Tratado de Assunção – sendo por isso criticado por Moacyr Gadotti (2004), o qual aponta os limites à concepção de educação como forma de resolução dos problemas da integração –, abre margem para uma utopia de integração que supere as distâncias culturais e históricas entre esses países e promova uma cultura de integração mais solidária, baseada na “justiça social”, na “defesa da democracia”, “igualdade” e “liberdade dos povos” (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991)<sup>21</sup>. No âmbito do ensino da história, há uma possibilidade de construção de uma cultura democrática, de uma “consciência histórica e cidadã” e de uma “identidade latino-americana”, a ser viabilizada na educação básica dos Estados Partes (SANTIAGO, 2010, p. 15).

O documento aposta na superação do desconhecimento acerca do “outro”, das suas culturas e histórias, como forma de construção dessa solidariedade empática, o que remete às sugestões, no âmbito da Educação, de acréscimos de conteúdos relacionados ao Mercosul nos currículos escolares, promoção de intercâmbios de alunos e professores, acesso público aos idiomas oficiais do Mercosul (espanhol e português), e estímulo ao fomento e circulação de bens culturais e produções conjuntas. Essa concepção em muito se aproxima das preocupações do sociólogo argentino Gregorio Recondo, que poucos anos antes questionava a superação do estreito modelo econômico de integração,

<sup>20</sup> Segundo o professor Gerson Luiz Buczenko, em seu texto *Ensino de História da América e identidade histórica*, o tratado que institui o MERCOSUL possibilita o fomento de práticas em sala de aula no sentido de uma reflexão regional sobre identidades territoriais, históricas e culturais nos jovens da região (BUCZENKO, 2014, p. 3). Outras autoras que apostam nesta relação são as professoras Juliana Pirola da Conceição e Maria de Fatima Sabino Dias, no texto *Ensino de História e consciência histórica latino-americana*, que em 2011 assim descreveu o momento histórico: “Vivemos um momento de conformação e consolidação de blocos regionais na América Latina, e nesse contexto, a escola, e em especial o ensino de História, desempenham um papel fundamental como espaço privilegiado na difusão e consolidação de ideias, imagens e saberes associados à educação política, os quais podem contribuir para a formação de identidades, em particular uma identidade latino-americana” (CONCEIÇÃO; DIAS, 2011, p.173).

<sup>21</sup> Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>. Acesso em: 12/04/2016.



La unidad cultural integradora será consecuencia de la aceptación y valorización de los matices culturales que diferencian a nuestros países hermanos. Como gustaba decir Pedro Henriquez Ureña: “Nunca la uniformidade, ideal de imperialismos estériles; sí la unidad, como armonía de las multánimes voces de los pueblos”. Por eso, el regionalismo de la Patria Grande debe ser *regionalismo de integración* y no *regionalismo de subordinación*. (RECONDO, 1989, p. 41)

Essa é uma visão otimista, defendida também por pesquisadoras da área do ensino da História, como Maria Silvia Cristofóli, Maria de Fátima Sabino Dias e Marise da Silveira Veríssimo, que viram no Mercosul e Mercosul Educacional uma possibilidade de aproximação entre sistemas escolares brasileiros e latino-americanos,

Retomando novamente o Acordo de Cooperação, seus objetivos não deixam dúvidas quanto às razões pelas quais é buscada a integração, ainda que inspirado nas iniciativas que levaram à constituição do Mercosul. Ao propor a identificação e reflexão sobre as semelhanças e diferenças culturais, com vistas à estimulação de uma identidade latino-americana, ressemantiza-se a própria noção de integração. Mais do que autoproteção regional, aponta-se na direção da criação de uma consciência crítica, inspirada em uma postura com base em princípios da *educação intercultural*. Em síntese, uma “consciência cidadã”, capaz de identificar as semelhanças, conviver solidariamente com as diferenças e lutar para vencer as desigualdades. (DIAS; CRISTOFOLI; VERÍSSIMO, 2005, p. 28)

Neste sentido, é o “Protocolo de Intenções” que estabeleceu as bases do “Primeiro Plano Trienal” a nortear as práticas políticas dos Estados Partes. É através desses planos que o Setor Educacional do Mercosul constrói (ou vinha construindo) conjuntamente regulamentações para a esfera educacional. Após esse “Primeiro Plano”, implementado a partir de 1992 e prorrogado até 1998, outros cinco documentos foram criados: “Mercosul 2000: desafios e metas para o setor educacional” (1996), “Plano Trienal do Setor Educacional do Mercosul, 1998-2000” (Segundo Plano Trienal), “Plano Estratégico 2001-2005” (Terceiro Plano Trienal), “Plan del Sector Educativo del Mercosur, 2006-2010” (Quarto Plano Trienal), e “Plan del Sector Educativo del Mercosur, 2011-2015” (Quinto Plano Trienal).

Quando analisamos internamente esses outros documentos, percebemos um caminho sólido de planejamentos, conquistas e maior complexidade no trato das



integrações. Isso nos remete, até o presente momento, a uma história de 25 anos de construção coletiva dessa união, a partir da escolha da Educação como eixo central. Se, inicialmente, o primeiro Plano Trienal apresentava intenções gerais, aspirações, desejos, já no Plano Trienal de 2011-2015 há uma rica estrutura política internacional estabelecida com órgãos, comissões, princípios, objetivos, conquistas, metas e prazos de integração.

A missão do Setor Educacional do Mercosul, visivelmente elaborada e reelaborada ao longo dos planos, sintetiza-se no parágrafo abaixo, em sua última versão.

Formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do Mercosul, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a **formação de uma identidade e cidadania regional**, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região. (PLAN DEL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR, 2011-2015, 2011, p. 10, grifo nosso)

Aqui está presente uma ideia de criação de um espaço comum, de circulação de alunos e professores, conhecimentos, experiências, políticas públicas e tecnologias que colaborem na promoção do (re)conhecimento mútuo e fortalecimento da igualdade social com respeito à diversidade cultural. A partir desse horizonte, busca atender, concomitantemente, a três dimensões – o ensino básico, o ensino tecnológico e o ensino superior –, a partir de cinco objetivos principais:

1. Contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educacionais que promovam uma **cidadania regional**, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente;
2. Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo;
3. Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para a melhoria dos sistemas educacionais;
4. Promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais;
5. Acordar políticas que articulem a educação como um processo de integração do Mercosul. (PLAN DEL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR, 2011-2015, 2011, p. 13, grifo nosso)

Como podemos observar, são objetivos amplos, que remetem a um novo contexto de produção, posterior às reformas políticas na América Latina e às crises econômicas (2001 e 2008), e que inserem como pautas objetivos como paz, direitos humanos, meio ambiente, educação de qualidade, inclusão social e cooperação solidária. Esse último Plano Trienal seria um amadurecimento do tom otimista encontrado no Plano de 2006-2010. Esta é uma guinada que desloca a posição da educação, no interior do Plano, da estreita submissão ao mercado para uma compreensão do trabalho como possibilidade de humanização e superação das desigualdades sociais. O ensino tecnológico, como possibilidade de transformação, é compreendido em conjunto com o ensino básico e o superior. Essa distinção é possível quando consideramos, especificamente, a proeminência da relação educação-mercado presente no “Plano Trienal do Setor Educacional do Mercosul, 1998-2000”, que contrasta com a visão atual. Mesmo contendo a ideia da necessidade de uma integração cultural, baseada no reconhecimento de valores comuns, o documento expressava, em sua primeira parte, o entendimento de que apenas a inserção dos sistemas político-econômicos na economia mundial não garantiria, por si só, o crescimento e o desenvolvimento das economias regionais. Faltaria um elemento aglutinador/potencializador, identificado na integração educacional como o estímulo permanente à integração econômica. Nesta primeira parte do documento de 1998, relaciona-se educação e trabalho de tal forma que parece ser o objetivo central da Educação a potencialização da produção. Em expressões como

[...] os sistemas educacionais serão pressionados para que continuem melhorando a qualidade da educação que oferecem e para que controlem a qualidade do resultado que obtêm, a fim de assegurar a formação de competências (saberes, práticas e atitudes) em níveis equivalentes e facilmente credenciáveis, num espírito de integração regional [...] as mudanças e inovações educacionais deverão acelerar seu ritmo, a fim de satisfazer oportunamente os requerimentos do setor laboral [...] O Setor Educacional do Mercosul expressa a certeza de que, no quadro descrito, a educação constitui um elemento fundamental para preparar os cidadãos para o desafio decorrente do aparecimento de novos modos e estilos de produção. (PLANO TRIENAL DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL, 1998-2000, 1998)<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec1398p.asp>>. Acesso em: 09/01/2017.

Este tom direto, considerando o aluno do processo educativo como um “recurso humano” da produção, diminui significativamente nos documentos posteriores. Sobre essa questão, o último documento até assinala como “sucesso alcançado” a consolidação recente da “concepção de educação como um direito humano e um bem público e social”, que vinham se expandindo nos ordenamentos jurídicos dos países da região.

Deste modo, de acordo com o documento, poderíamos supor que mudanças estariam acontecendo nos sistemas legais dos países – no que tange, direta ou indiretamente, aos sistemas escolares –, sendo motivadas pelos planos norteadores do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Em alguma medida – tal como apontou a esperança de José Flávio Sombra Saraiva em sua apresentação no Seminário Regional Ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul (SARAIVA, 1998, p. 16) –, ao longo desses vinte anos, o SEM poderia estar influenciando as políticas curriculares nacionais, ou, até mesmo, as políticas que regulamentam os intercâmbios e relações internacionais. Contudo, pesquisas recentes não são muito otimistas a respeito<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Na visão da professora Maria Paula Gonzáles (2010), em seu texto *Los jóvenes y la historia desde la perspectiva de profesores de Brasil, Argentina y Uruguay*, o projeto não apresentou o resultado esperado: “Este dato sobre el que nos hemos detenido manifiesta en alguna medida que, a pesar de los esfuerzos realizados por el Mercosur educativo y de las propuestas realizadas por diversos especialistas de Brasil, Argentina, Uruguay, Chile y Paraguay hace ya una década (Ministerio de de Cultura y Educación, Argentina, 1999), la historia latinoamericana no pareciera tener arraigo en la enseñanza de la historia en la escuela media”. (GONZÁLES, 2010, p. 9). De modo aproximado, podemos citar a crítica de Juliana Pirola da Conceição e Ernesta Zamboni: “Entre essas modificações se destacam as ocorridas ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), como a oferta obrigatória do Espanhol nas escolas de Ensino Médio (2005) e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena para o Ensino Fundamental e Médio (2008). Mas infelizmente ainda não existe no país uma legitimação normativa específica que indique um direcionamento de olhar para o contexto latino-americano ou para a construção de identidades históricas com os países vizinhos” e “Ainda que as diretrizes curriculares sinalizem para a importância da temática, a seleção e a organização dos conteúdos indicados para normatizar o ensino nacional não permitem qualquer reflexão mais atual, nem a superação do desconhecimento dos países entre si, o que resulta numa forma de isolamento e reflete os compromissos nacionalistas na construção de identidades, via ensino de História. Além disso, a predominância de conteúdos relacionados à Europa evidencia que seguimos buscando referências externas para tratarmos de nosso próprio passado e, conseqüentemente, nosso futuro” (CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013, p. 427 e 437). Recentemente, os pesquisadores Léia Adriana da Silva Santiago, Serlei Maria Fischer Ranzi, Marco Antônio de Carvalho e Maria Esperança Fernandes Carneiro também realizaram um estudo aproximado analisando as propostas curriculares brasileiras e argentinas da segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX, buscando identificar a presença e a ausência da história da América nos documentos. Como conclusão, apontaram que no período pós-1995, no Brasil, houve uma escassa inclusão de conteúdos sobre a América Latina (em especial apenas aspectos políticos e econômicos das culturas indígenas americanas e da reinstalação da democracia na região – aspectos culturais ficaram silenciados) e sinais de predomínio de uma história latino-americana que inicia com a intervenção dos europeus sobre ela (SANTIAGO et al., 2016, p. 152).

Segundo Ivor Goodson (2007), essa relação é possível já que os currículos oficiais, enquanto prescrições, refletem os interesses de seus governos, no esforço de enquadrar as memórias como uma estratégia política de consolidação de identidades e representações. Além da forma como se efetivam, estes currículos possuem também uma potencialidade simbólica ao influenciar materiais didáticos, práticas de avaliação e as formas como o poder público define suas relações com as instituições escolares, formando uma cultura que decorre dos currículos (SACRISTÁN, 2003, p. 20).

Atualmente, o SEM está ramificado em comissões regionais. É uma organização que vem propiciando encontros, seminários e eventos internacionais e nacionais, além de inúmeros projetos, programas<sup>24</sup> e premiações anuais<sup>25</sup>, na intenção de consolidar espaços de trocas de experiências, construções coletivas de políticas públicas, discussões sobre materiais didáticos, metodologias e trocas culturais entre alunos e professores. Nas palavras do último plano trienal, define-se “La educación como espacio cultural”, um “espacio educativo regional de cooperación solidaria”, estando isso em consonância com os anseios da pesquisadora argentina Dra. Silvia Finocchio, que anos antes, na ocasião do Seminário Regional sobre o Ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul (1997), afirmou ser este “um desafio e oportunidade para superar o desconhecimento recíproco e a incompreensão cultural” (MARFAN, 1998, p. 13).

Avançando em nossa discussão, em paralelo com os acontecimentos e atividades do Mercosul e do Setor Educacional do Mercosul, um novo bloco de integração vem se consolidando na região. Em 23 de maio de 2008, na cidade de Brasília, contando com a presença de representantes de doze países, foi firmado o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)<sup>26</sup>. Com esse acordo, a iniciativa passou a receber o

---

<sup>24</sup> Estes projetos podem ser visualizados nos seguintes portais: Programa de Apoio ao Setor Educacional do MERCOSUL (PASEM: <<http://www.pasem.org>>), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior do MERCOSUL (NEIES-Mercosur: <<http://nemercosur.siu.edu.ar>>), Programa de Mobilidade Acadêmica Regional (MARCA: <<http://programamarca.siu.edu.ar>>), Parlamento dos Jovens MERCOSUL (PJM: <<http://parlamentojjuvenil.educ.ar>>) e Acreditação Regional de Cursos Universitários (ARCU-SUL: <<http://edu.mercosur.int/arcusur>>).

<sup>25</sup> Considerável destaque ao Concurso histórico-literário “Caminhos do MERCOSUL” e ao “Prêmio Paulo Freire” de experiências inovadoras na formação docente. Ver em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/Mercosul-educacional/instancias/25-mercotur-educativo/100-projeto-caminhos-do-Mercosul.html>> e <<http://www.pasem.org/pt/concurso/>>.

<sup>26</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

status legal de organização internacional. Um bloco maior do que o Mercosul, com o desejo de “integrar” e “unir” toda a América do Sul.

Esse processo teria se iniciado em 2000, quando foi realizada a primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul e formalizada a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Na III Reunião, em 2004, foi lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), projeto inicialmente conduzido pelo presidente venezuelano Hugo Chaves, com o objetivo de constituir um bloco econômico amplo para a região (BARNABÉ, 2011, p. 40). Em 2007, o nome foi alterado para Unasul. Esta mudança de nome reflete a ampliação das frentes de atuação do bloco, que, para além de unir as economias, projeta-se na intenção de integrar políticas e sociedades. Observamos essa demarcação no início do texto de seu Tratado Constitutivo:

APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum [...] AFIRMANDO sua determinação de construir uma **identidade e cidadania sul-americanas** e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe. (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008, p. 5, grifo nosso)

Dentre os objetivos amplos do bloco estão: o fortalecimento do diálogo político entre os países membros; o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza; acesso universal à educação de qualidade; reconhecimento regional de estudos e títulos; uniformidade energética; desenvolvimento de uma infraestrutura básica; integração financeira; proteção da biodiversidade e dos recursos naturais; superação da assimetria (integração equitativa); acesso universal à segurança social e saúde; cooperação em matéria de imigração (flexibilização, regulamentação e defesa dos direitos humanos); cooperação econômica e comercial; integração industrial e produtiva (atentando às pequenas e médias empresas); implementação de políticas comuns; e o fortalecimento da luta contra o terrorismo, a corrupção, as drogas e o tráfico de armas. Além destes múltiplos objetivos, ainda destacamos:

9. La consolidación de una **identidad suramericana** a través del reconocimiento progresivo de derechos a los nacionales de un Estado Miembro residentes en cualquiera de los otros Estados Miembros, con el fin de alcanzar una **ciudadanía suramericana**.
15. La promoción de la diversidad cultural y de las expresiones de la memoria y de los conocimientos y saberes de los pueblos de la Región, para el **fortalecimiento de sus identidades**. (UNASUL, SÍTIO OFICIAL, grifo nosso)<sup>27</sup>

De modo sintético, no campo normativo, vem se consolidando um amplo bloco econômico que busca diminuir as desigualdades internas entre seus membros, via aproximação das economias, infraestruturas e recursos naturais, num processo inicial de flexibilização das fronteiras, incentivando as migrações, o respeito “irrestrito” aos direitos humanos, o conhecimento mútuo de culturas, saberes e histórias, e a vigilância/defesa das instituições e valores democráticos. No âmbito da política externa, esta integração intenciona dar amplitude ao fluxo de capital, empresas e produtos, consolidando maior presença dos países sul-americanos na política internacional, colaborando também com o projeto atual de paz entre as nações: “um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa” (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008, p. 5).

“Consenso”, “respeito mútuo”, “harmonia”, “diálogo”, “estabilidade regional” “identidade” e “cooperação” são palavras que se repetem ao longo do documento, como princípios que devem nortear os futuros temas da agenda internacional e as sugestões de projetos e programas a serem desenvolvidos internamente (regionalmente e nacionalmente). De modo ainda mais explícito que os documentos que foram citados anteriormente, o Tratado Constitutivo da Unasul coloca em destaque a necessidade da construção de uma “identidade” e uma “cidadania sul-americana”, por vezes entendida também como “identidade sul-americana”. Há uma sutil diminuição, quando comparado aos documentos citados anteriormente, na ênfase da expressão “América Latina”, que passa a ser substituída em grande medida por “América do Sul”, e o mesmo vale para a ideia de uma “identidade latino-americana” e sua substituição por “identidade sul-americana”. No corpo do texto, esta identidade aparece de modo dúbio: a) como uma *essência*, ou um sentimento que já existe, e que todos os indivíduos já possuem (em maior

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/objetivos-especificos>>. Acesso em: 16/10/2015.



ou menor grau), que remete a um passado a ser encontrado/relembrado; b) também como um *processo*, em menor intensidade, um projeto de construção que remete ao futuro, relacionando-se com as decisões políticas a serem desenvolvidas pelo bloco. Essas ideias estão postas no Tratado Constitutivo de 2008, todavia, adiante perceberemos que o tom muda significativamente no Plano Quinquenal de 2013.

Dentre os doze conselhos ministeriais e setoriais que compõem a Unasul, quando observamos o documento de instituição do Conselho Sul-americano de Educação, datado de 30 de novembro de 2012 (Cidade de Lima), podemos aqui destacar alguns de seus princípios: promoção do diálogo e troca de experiências, capacidades e conhecimentos; garantia do direito fundamental à educação; equidade e inclusão social; equidade de gênero; qualidade na educação; cobertura e fiscalização de políticas públicas na área da educação; consciência ecológica e sustentabilidade. Sobre as relações culturais entre os estados membros,

Intraculturalidad e interculturalidad: interrelación, diálogo y convivencia entre personas, colectivos, pueblos, identidades, grupos étnicos y nacionalidades, sobre la base de la valoración y el respeto a la diversidad cultural, incorporando sus saberes y conocimientos. (ESTATUTO CONSEJO DE EDUCACION, 2012, p. 1)

Curiosamente, diferentemente dos outros documentos analisados, não houve nenhuma relação explícita entre educação e mercado de trabalho nos princípios e objetivos do conselho, o que atribui certa singularidade ao documento. Podemos listar os objetivos abaixo.

1. Fortalecer la integración educativa regional para garantizar y promover el derecho a la educación de todas y todos.
2. Concertar la implementación de políticas para mejorar la equidad, calidad, pertinencia y acceso a la educación en todos sus niveles y modalidades.
3. Promover la reducción de las asimetrías regionales y subregionales para el pleno ejercicio de los derechos humanos.
4. Fomentar una educación inclusiva a lo largo de toda la vida que desarrolle capacidades, competencias y valores que preparen para una mejor inserción social, laboral y libre de analfabetismo.
5. Promover políticas regionales y subregionales que incentiven la construcción de conocimientos, la investigación, la innovación y el uso de las tecnologías en la educación.



6. Promover el diálogo y la cooperación con otros procesos de integración regional, subregional y organismos internacionales considerando los logros alcanzados por estos. (ESTATUTO CONSEJO DE EDUCACION, 2012, p. 2)

Dentre suas funções – de modo aproximado ao SEM –, o conselho pode aprovar e velar pela execução de planos, programas e projetos, realizar reuniões anuais de avaliação e também criar Grupos de Trabalho.

Pesquisando acerca dessas reuniões, pelo site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (ITAMARATY), identificamos que a primeira ocorreu em 31 de maio de 2013, quando foi aprovado o Plano Estratégico Quinquenal para a educação (2013-2017)<sup>28</sup>. Apesar de não ser explícito, podemos inferir que os anteriores assuntos relativos à educação do Mercosul Educacional passaram a ser incorporados pela Unasul, uma vez que no site oficial do SEM não houve mais nenhuma indicação de plano trienal após 2011-2015, e no plano quinquenal da Unasul existem várias referências ao Mercosul Educacional e à utilização de seus dados<sup>29</sup>.

Analisando de modo breve o Plano Quinquenal, podemos apontar que, apesar de ser um plano rico e bastante diversificado, julgamos que ele avança menos do que os Planos trienais do Mercosul Educacional no estreitamento das relações internacionais no âmbito da educação, dado o seu tom inicial e abstrato (em que tudo aparentemente ainda precisa ser iniciado e realizado), e, principalmente, pelo expressivo abandono da ideia de uma integração cultural que implique uma consciência de integração ou, nas palavras utilizadas pelos documentos anteriores, uma identidade latino-americana/sul-americana.

O documento busca detalhar onze objetivos gerais, com seus respectivos resultados esperados, atividades e metas. Podemos listá-los de modo sintético: promover o acesso e o uso pedagógico das TICs; identificar, sistematizar, difundir e viabilizar a

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_integracao/docs\\_UNASUL/RES10.2014ANEXO.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/RES10.2014ANEXO.pdf)>. Acesso em: 03/01/2017.

<sup>29</sup> No Plano quinquenal da Unasul, propõe-se a utilização do sistema de indicadores do SEM para “identificar, sistematizar, difundir e viabilizar a implementação de critérios regionais para a avaliação da qualidade e equidade da educação” (PLANO ESTRATÉGICO QUINQUENAL DA UNASUL, 2013, p. 2), e também se propõe a criação de um documento compilatório das experiências exitosas realizadas pelo SEM na intenção de auxiliar a profissionalização docente da região (PLANO ESTRATÉGICO QUINQUENAL DA UNASUL, 2013, p. 6).

implementação de critérios regionais para a avaliação da qualidade e equidade na educação; gerar mecanismos que possibilitem a certificação e validação de títulos internacionais; fortalecer as políticas de intraculturalidade, interculturalidade e plurilinguismo nos países da região; promover o desenvolvimento da profissão docente; consolidar políticas de educação e consciência ambiental; contribuir para a consolidação e afirmação dos cidadãos como sujeitos de direitos e deveres no sistema democrático; promover a universalização da educação; favorecer a mobilidade entre pesquisadores e estudantes; harmonizar os currículos em torno do ensino das línguas oficiais dos Estados Membros; vincular educação e mercado de trabalho como forma de impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico (objetivo que se apresenta de forma menos explícita do que nos Planos Trienais do SEM).

Enquanto que os documentos anteriores insistiam na integração das memórias, das experiências, das histórias, através de uma mudança curricular específica nas áreas de História e Geografia, o Plano Quinquenal restringe a mudança curricular ao componente linguístico, ao estudo das variáveis linguísticas presentes nos países da região. Isso é um problema, acreditamos, pois diminui a potencialidade da História e do seu ensino de encaminhar propostas que minimizem o isolamento cultural, os desconhecimentos recíprocos na região, de ser o espaço – por excelência – de reflexão sobre os conflitos de memórias e possibilidades/projeções de futuros comuns (CONCEIÇÃO, DIAS; 2011, p. 174; VENERA; CONCEIÇÃO, 2012, p. 133)<sup>30</sup>.

Em nenhum momento o documento se utilizou de expressões como “identidade”, “identificação”, “pertencimento” ou “consciência”, conceitos reiteradamente repetidos nos documentos anteriores. Há uma explícita opção pelo abandono da busca e valorização do componente cultural comum, seja ele encontrado no passado (documento de instituição da Unasul), seja no futuro (SEM). O que temos no documento são caminhos

<sup>30</sup> Refletindo sobre a disciplina de história Estudos Latino-Americanos (ELA), implantada em 2003 na grade curricular do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, as pesquisadoras Juliana Pirola da Conceição e Maria de Fátima Sabino Dias assim definem o objetivo da história: “O objetivo geral é desenvolver reflexões a respeito das diferenças e semelhanças presentes entre os povos que fazem parte das nações latino-americanas, atendendo, simultaneamente, a objetivos que compartilhem mecanismos de integração, identidade e alteridade com a finalidade de fomentar noções de respeito cultural e solidariedade continental.” (CONCEIÇÃO; DIAS; 2011, p. 180). Sobre a experiência da disciplina ELA e sobre a aproximação Brasil-Argentina ver também Cristófoli, Dias e Veríssimo (2005, p. 16-34).

mais pragmáticos de elaboração de espaços na internet, fóruns de debate, eventos de intercâmbio, aplicativos e documentos compilatórios que instrumentalizem de modo prático a formação docente e espelhem de maneira mais democrática as experiências de êxito dos estados membros. A própria expressão “cidadania sul-americana”, horizonte que antes se referia a um modo de vida pleno e integrado entre os cidadãos (uma proposta de flexibilização das fronteiras), quando aparece no atual documento do plano quinquenal, tem o seu potencial reduzido à esfera dos assuntos relacionados apenas à educação, como sinônimo de democratização de saberes (pela internet e pelo fluxo migratório de pesquisadores).

Neste sentido, convém assumirmos que este Plano Quinquenal se distanciou significativamente do tom auspicioso do Tratado Constitutivo da Unasul, e dos próprios documentos derivados do Mercosul Educacional. Na relação educação e identidade latino-americana, podemos dizer que existem duas normatizações da Unasul, antes e depois de 2013.

### Considerações finais

Ao sintetizarmos esses dois últimos projetos de integração (Mercosul e Unasul), que apresentaram em suas normativas preocupações com a educação e a identidade, podemos, até aqui, apontar duas conclusões provisórias:

- Identidade como projeto de futuro. Esta concepção está mais sistematizada nos documentos do Setor Educacional do Mercosul. Uma “educação de qualidade” – que em seus conteúdos atente para as histórias e culturas dos povos da região – é pré-requisito na construção de uma “cultura de integração”, elemento tido como “fundamental” na manutenção das relações comerciais do bloco. Há uma articulação entre as categorias educação, identidade, cidadania e trabalho. Esta educação escolar deve investir no conhecimento do “Outro”, na intenção de “formar” uma “identidade latina”, resultado do conhecimento e reconhecimento das outras culturas e histórias dos povos do bloco. Somente a partir desta “identidade” – que poderíamos entender como “identificação” – é que haveria uma mudança progressiva e permanente na “cultura política” dos povos, a se

chegar no horizonte promissor de uma “cidadania regional”, entendida na ideia de “livre acesso” e conjunto comum de leis e direitos. Para isso, o caminho que deve ser percorrido é o de combate às desigualdades sociais, na construção de uma região mais equilibrada. Externamente, as relações comerciais devem promover um melhor ajuste entre as economias nacionais. Internamente, a integração aparece como possibilidade de trabalho, o que solicita dos Estados incentivos e políticas públicas no âmbito das formações técnicas em espaço escolar. Há de se destacar que a educação em sua modalidade técnica tem muito destaque nas normativas trienais do Setor Educacional do Mercosul.

- Identidade com maior ênfase no passado (concepção posta no Tratado Constitutivo da Unasul). A mesma relação entre práticas comerciais e ajuste entre as economias nacionais é posta no documento da Unasul. De igual modo, tem-se tanto a esperança de possibilitar um ajuste entre as desigualdades sociais na região a partir da integração econômica, quanto a necessidade urgente de se “fortalecer” a “identidade sul-americana” (estas duas relações não aparecem no Plano Quinquenal). A principal diferença na forma como a identidade é reivindicada pelo tratado da Unasul é a maior presença do passado no tom das proposições. A integração é vista como a concretude de uma história de intenções, ideias e projetos, um tributo ao “pensamento daqueles que forjaram” as independências e “liberdade em favor desta união”. Seria a possibilidade da construção da “Pátria Grande”, aos moldes do que foi idealizado por Simón Bolívar. E a identidade, identificada no presente (em menor grau), precisa ser “fortalecida” através dos saberes do passado, conhecimentos e exemplos dos povos da região.

Esta referência mais constante ao passado é encontrada, inclusive, nos pronunciamentos públicos que se referem à Unasul. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2008) afirmou que a Unasul “mexerá com o tabuleiro de poder no mundo, transformando em realidade o sonho integrador dos nossos libertadores”<sup>31</sup>. Nas palavras do presidente venezuelano Hugo Chaves (2011), “En la Unasur tenemos 18 millones de

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/lula-america-do-sul-unida-mexe-com-tabuleiro-do-poder-mundial/n1237678368789.html>>. Acesso em: 18/01/2016.

kilómetros cuadrados con el más grande reservorio de recursos naturales para la vida. La utopía del nuevo mundo como diría Simón Bolívar”<sup>32</sup>. O presidente uruguaio José Alberto Mujica Cordano, na ocasião da posse da presidência anual da Unasul (2014), também recuperou os ideais libertários do século XIX, “Solo alcanzaremos el desarrollo si somos capaces de construir la Patria que soñaran nuestros libertadores, todo depende de la altura y compromiso que tengamos”<sup>33</sup>. Poderíamos ainda citar as menções do presidente equatoriano Rafael Correa (2009)<sup>34</sup> ou da presidenta argentina Cristina Kirchner (2014)<sup>35</sup>, que também fizeram comparações aos processos latinos de independência e aos históricos ideais de integração de toda a América do Sul.

Esse discurso público otimista se ampara na busca por aproximações culturais, ou, nas palavras do sociólogo chileno Cristián Parker Gumucio, na busca pelo “componente latino”, uma cultura que resultou dos processos históricos de conquista, colonização, independência e experiências democráticas (e ditatoriais) na região sul-americana<sup>36</sup>. Haveria “certa homogeneidade cultural” (PARKER GUMUCIO, 2008, p. 21), princípio em que se apoiariam as ideias da “Grande Pátria” na instituição da Unasul. Esse trabalho de aproximação cultural vem se fazendo em paralelo ao enfrentamento de desafios, como

<sup>32</sup>Disponível em: <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/hugo-chavez-llego-hora-union-suramericana/>>. Acesso em: 18/01/2016.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.vtv.gob.ve/articulos/2014/12/04/pepe-mujica-en-unasur-no-puede-ser-que-el-capitalismo-todo-lo-convierta-en-mercado-video-5885.html>>. Acesso em: 18/01/2016.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article161992.html>>. Acesso em: 18/01/2016.

<sup>35</sup>Disponível em <<http://www.iprofesional.com/notas/192681-Cristina-Kirchner-est-en-Caracas-para-participar-de-la-Cumbre-del-Mercosur>>. Acesso em: 18/01/2016.

<sup>36</sup> Alguns autores (SADER, 2006; CARDOSO, 2006; CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013) apontam pelo menos sete elementos compartilhados historicamente, ainda que com “variações nacionais” significativas. Na história mais antiga, a conquista ibérica; a longa duração de regimes de trabalho coercitivo impostos a amplos contingentes de nativos, e a adoção “precoce” das instituições políticas e jurídicas do liberalismo após os movimentos de independência. Na história mais recente, o influxo de amplos contingentes de imigrantes europeus, entre o final do século XIX e o início do XX, desencadeando uma nova rodada de integração e miscigenação social e étnica, que resultou em sociedades bastante heterogêneas e com graus de mestiçagem e mobilidade social significativos quando comparados a outros continentes; a ocorrência de aceleradas migrações do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 1930, e de uma industrialização comandada pelo Estado nacional mediante a utilização de políticas de estímulo e proteção do mercado interno; o aumento das tensões sociais e políticas derivadas da entrada de novas massas urbanas no terreno da competição eleitoral e das reivindicações corporativas e da cidadania, levando à ruptura da ordem democrática e a uma sucessão de regimes autoritários em quase todos os países da região entre as décadas de 1970 e 1980; o colapso do “modelo de desenvolvimento”, fruto de seu esgotamento e das transformações produtivas e tecnológicas acarretadas pela “globalização” e pela onda pró-democracia que varreu o continente a partir do início dos anos 1980. Essa síntese está posta no texto *A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina* (2013), de Juliana Pirola da Conceição e Ernesta Zamboni.

questões regionais de infraestrutura, a construção e a manutenção dos corredores bio-Oceânicos<sup>37</sup>, a defesa da biodiversidade e da Amazônia, o abastecimento energético da região, os focos de violência internos e em fronteiras, guerrilhas, narcotráfico, corrupção política interna (PARKER GUMUCIO, 2008, p. 21), além de conflitos bilaterais pendentes, um histórico de guerras (século XIX e recentes<sup>38</sup>), problemas de delimitação de fronteiras, a existência do sentimento xenofóbico, a presença de uma memória de desconfiança entre as nações, uma heterogeneidade considerável de posicionamentos políticos e interesses comerciais que continuam a colidir e causar tensões no interior dos bloco<sup>39</sup>.

Ao analisar especificamente o caso da Unasul, o cientista social Israel Roberto Barnabé (2011, p. 40) dividiu a área em três grupos (um dado aqui pertinente, mas que requer atualização em pesquisas futuras): 1) países “transformadores”: representados por Venezuela, Bolívia e Equador, que se caracterizariam por duras críticas ao neoliberalismo, defesa e proposição de uma doutrina “neossocialista” e de um latino-americanismo baseado na ideia de unidade, autonomia e integração para a região. 2) países “reformadores”: representados por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que se caracterizariam por uma posição menos radical do que a dos “transformadores”, mas compartilhariam de suas críticas ao pan-americanismo e neoliberalismo. Na prática, manteriam algumas premissas do Consenso de Washington (abertura comercial, controle inflacionário, estabilização da moeda, controle do déficit público), em paralelo com políticas de inclusão social, dando nova importância ao papel do Estado, num projeto de síntese entre alguns aspectos do neoliberalismo e projetos de desenvolvimento social. 3)

<sup>37</sup> No início de 2017, a proposta de construção do corredor Bioceânico avançou na região, dadas as iniciativas do presidente boliviano Evo Morales e do presidente paraguaio Horacio Cartes. Disponível em: <<http://www.telesur.tv.net/news/Bolivia-y-Paraguay-concretan-proyecto-de-tren-bioceanico-20170102-0016.html>>. Acesso em: 02/01/2017.

<sup>38</sup> Guerra do Paraguai (1864-1870), Guerra do Pacífico (1879-1883), Guerra do Chaco (1932-1935), Guerra Peru-Ecuador (1941-1942; 1980; 1995), Conflito de Beagle (1978). Além dos conflitos e atritos recentes entre Venezuela e Colômbia, Colômbia e Equador, Argentina e Uruguai; Guiana e Venezuela, Brasil e Paraguai. Disponível em: <<http://movv.org/2007/04/08/guiana-venezuela-um-conflito-latente-na-america-do-sul/>>. Acesso em: 19/01/2016.

<sup>39</sup> Podemos citar o caso da rivalidade entre Brasil e Argentina em duas situações recentes: nas ocasiões de desvalorização do Real (em 1999 e em 2004), em que o governo argentino estabeleceu cotas de importação de produtos brasileiros; e quando o governo argentino, no mesmo período (1999), ameaçou denunciar o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) em virtude da queda das exportações argentinas ao Brasil, agravando o desemprego interno. Ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1509199902.htm>> e <<https://www.epochtimes.com.br/crise-argentina-efeitos-brasil/#.WHqCtdlrLcc>>. Acessos em: 14/01/2017.



países “modernizadores”: representados unicamente por Chile, que se caracterizaria por um alinhamento mais estreito às políticas neoliberais e à manutenção de acordos bilaterais e trilaterais principalmente com os Estados Unidos, relegando a integração a um segundo plano. De acordo com Barnabé, esses acordos configurariam obstáculos consideráveis ao avanço atual da integração na região. O autor não deixa claro seu posicionamento com relação a Colômbia, Peru, Guiana e Suriname, apenas indica a aproximação existente entre os dois primeiros países e os Estados Unidos, sendo os dois últimos considerados recentes no exercício de práticas comerciais continentais, em fase de aproveitamento das oportunidades oriundas da integração.

Segundo o autor, a heterogeneidade identificada nos posicionamentos políticos vem dificultando também um consenso e provocando atritos quanto aos modelos de integração e democracia a serem adotados pelo bloco. Quanto ao tipo de integração desejada, dado o cenário político – para o período – de partidos de esquerda, oscilou-se entre a regionalidade como combate aberto ao capitalismo internacional ou a regionalidade como possibilidade de inserção menos assimétrica no cenário capitalista globalizado. As práticas comerciais do bloco vêm optando pela segunda, dando continuidade ao “regionalismo aberto” apresentado pelo Mercosul. Quanto ao modelo de democracia, a discussão pode ser sintetizada no parágrafo abaixo.

Afinal, a democracia é definida pelo formato (eleições diretas) ou é medida pelo tipo de relação entre estado e sociedade? É expressa quando representa a maioria ou quando leva em consideração também os anseios da minoria? Essa dificuldade na definição do conceito de democracia tem gerado embates entre os países da América do Sul em que por exemplo, democracias “à la Chaves” na Venezuela, convivem com outras formas democráticas e com outros níveis de liberdade de mercado e de expressão” (...) Não é à toa que o Chile somente concordou em ratificar o Tratado Constitutivo da Unasul mediante o compromisso da organização de incluir no Tratado a “Cláusula Democrática”, que autoriza a expulsão do país que ferir princípios democráticos e dos direitos humanos. (BARNABÉ, 2011, p. 43)

Uma última questão que ainda pode ser apresentada como desafio à integração e ao discurso sobre a identidade latino-americana diz respeito ao papel “natural” de liderança do Brasil no interior do bloco. Como manter a equidade nas decisões políticas



para a região quando um único país é responsável por mais de 50% do PIB, influencia comercialmente todos os países da região, possui uma extensa área geográfica, com uma diversidade de recursos naturais, um sólido mercado consumidor interno e ainda é o maior investidor e concentrador dos fluxos de capitais na região? (BAROM, 2017). Barrar o imperialismo brasileiro parece ser também um desafio à integração.

O país não apresenta uma imagem confiável de longa data para os países da América Latina, dadas as experiências e acontecimentos dos séculos XIX e XX, sendo que o Brasil se desenvolveu praticamente de forma autônoma na região. Parafraseando Edmundo O’Gorman, em seu clássico *A invenção da América*, que afirmou que “a América é e, ao mesmo tempo, não é Europa” (O’GORMAN, 1992, p. 94), poderíamos também apontar que o Brasil é, e ao mesmo tempo, não é América Latina<sup>40</sup>.

De uma história de denegação, desconhecimentos com relação à América Latina<sup>41</sup> e um desenvolvimento à margem e “de costas” para o continente, o Brasil atualmente passa a reivindicar, politicamente e culturalmente, nos documentos citados, a integração regional, a “identidade latino-americana” e uma “cidadania sul-americana” aos povos da região. Curiosamente, o momento histórico do capitalismo atual, o papel do Brasil na economia regional e a tendência do regionalismo como estratégia política da economia internacional propiciaram ao Brasil a (contraditória) posição de destaque regional como *locus* de enunciação deste discurso integracionista. Isso nos sugere certo componente ideológico na reivindicação política da identidade: uma solicitação de identidade que se faz em meio a relações de poder, interesses político-econômicos, e desejos por aproximações e reconhecimentos culturais num momento de avanços das políticas multiculturais.

Concluindo o texto, esperamos ter demonstrado de modo provisório como as legislações que regulamentam essas propostas de integração vêm inserindo como pautas

<sup>40</sup> Essa paráfrase se encontra no texto *O Brasil e a distante América do Sul*, de Maria Lígia Coelho Prado (2002, p. 128).

<sup>41</sup> Aqui, vale indicarmos que esse desconhecimento pode ser recíproco. Na tese intitulada *A construção geomidiática do Brasil na Argentina, no Paraguai e no Uruguai*, de Renata Giraldi, publicada em 2014, a autora analisou a representação do Brasil em 7746 matérias jornalísticas publicadas em três veículos on-line (da Argentina, do Uruguai e do Paraguai), constatando que os temas se repetiram como um roteiro: disputas comerciais, escândalos políticos e casos de violência. Na opinião da pesquisadora, isso geraria um conhecimento estereotipado sobre o Brasil.

emergenciais a construção-formação-valorização-reconhecimento da identidade latino-americana para os cidadãos da região, o que pode vir a implicar diretamente em consequências para as reflexões didáticas, especialmente, reflexões sobre o currículo escolar.

Num momento em que a agitação popular parece coincidir com um caminho perigoso de nacionalismo político, convém reforçarmos a existência de uma história de mais de duas décadas de políticas integracionistas na região.

## Referências

AGLIETTA, Michel. **A theory of capitalist regulation: the U.S. Experience**. London: New Left Books, 1979.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <http://migre.me/vRIRN>. Acessado em 12/01/2017.

BARNABÉ, Israel. Unasul: desafios e importância política. **Mural Internacional** (Online), v. I, p. 40-48, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5380>. Acesso em 10/07/2018.

BAROM, Wílian Carlos Cipriani. **Integração latino-americana e consciência histórica: a noção de pertencimento latino-americano de jovens brasileiros no ano de 2013**. 2017, 253f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, 2017. Orientador: Luís Fernando Cerri.

BETHELL, Lislie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul./dez., 2009.

BOYER, Robert. “Rapport salarial, croissance et crise: une dialectique cachée. Introduction à une comparaison de Sept Pays Européens”. In: BOYER, Robert. (Ed.) **La flexibilité du travail em Europe**. Paris: Editions La Découverte, 1986. p.11-30,

BUCZENKO, Gerson Luiz. Ensino de história da América e identidade histórica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DE

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS, XI, Niterói, 2014, **Anais Eletrônicos...** Niterói: ANPHLAC, 2014. p.01-16.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Depoimento Maria Helena Capelato. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v.1, p.15-20, 2013. Disponível em:  
<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1243>. Acesso em 10/07/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Desenvolvimento e identidade latino-americana**. Nossa América, Revista Memorial da América Latina, n. 23, ano 2006. Disponível em:  
<[www.memorial.sp.gov.br/revistaNossaAmerica/23/port/55-debate.htm](http://www.memorial.sp.gov.br/revistaNossaAmerica/23/port/55-debate.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2007.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola; DIAS, Maria de Fátima Sabino. Ensino de história e consciência histórica latino-americana. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 31, p. 173-191, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a10v31n62.pdf>. Acesso em 10/07/2018.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola; ZAMBONI, Ernesta. A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina. **Práxis Educativa**, v.8, p.419-441, 2013.

CORIAT, Benjamin. **L'atelier et le robot**: essai sur le fordisme et la production de masse à l'âge de l'électronique. Paris, Christian Bourgois Editeur, 1990.

CORSI, Francisco Luiz. Os efeitos das políticas neoliberais na América Latina. In: CARVALHO, Edemir de (Org.). **Perspectivas da globalização e de suas contradições no Brasil e na América Latina**. 1ed.São Paulo: LCT Editora, 2011, v. 1, p. 121-150.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista**: uma análise sobre a reforma no Brasil. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Maria de Fátima Sabino; CRISTOFOLI, Maria Silvia Cristofóli; VERÍSSIMO, Marise da Silveira. **Trajetória e perspectiva do ensino de História da América**: reflexões a partir do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História e do Acordo de Cooperação Brasil-Argentina. Revista Eletrônica da ANPHLAC. São Paulo, v. 1, n.04, p. 1-19, 2005.

ESTATUTO do Conselho Sul-Americano de Educação. 2012. Disponível em: <[goo.gl/ikQyb5](http://goo.gl/ikQyb5)>. Acesso em 14/07/2017.

FERREIRA, Candido Guerra. **O fordismo, sua crise e o caso brasileiro**. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 7, n.2, p. 167-201, 1997.

FINOCCHIO, Silvia. **América Latina: nuevos rumbos en los saberes educativos**. Boletín de la Biblioteca del Congreso de la Nación, nº 126, p. 103-115, 2012.

FREITAS, Fernando Jorge Correia de. **O Neoliberalismo e o Consenso de Washington**. Revista Científica da UNESCO, v. 2, p. 1-5, 2003.

GONZALEZ, Maria Paula. **Los jóvenes y la historia en la perspectiva de profesores de Brasil, Argentina y Uruguay**. Clío & Asociados. La Historia Enseñada 14, 152-166, 2010.

GOODSON, Ivor. **Currículo, narrativa e o futuro social**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 241-252, maio/ago. 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, 2011.

KENNEY, Martin; FLORIDA, Richard. **Beyond mass production: production and the labor process**. **Japan politics & society march**, v.16, n.1, 1988, p. 121-158,

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Campus: Rio de Janeiro, 2012.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas sociais sob a perspectiva do Estado do bem-estar social: desafios e oportunidades para o “catching up” social brasileiro**. CEDE, UFF, Niterói, 2011.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARFAN, Marilda de Almeida. (Org.). **O ensino de história e geografia no contexto do Mercosul**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

PARKER GUMUCIO, Cristián. Identidad latina e integración sudamericana. In: ORO, A. P. (Org.). **Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.60-96

PLANO Estratégico Quinquenal Para a Educação. 2014. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_integracao/docs\\_Unasul/RES10.2014ANEXO.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_Unasul/RES10.2014ANEXO.pdf)>. Acesso em: 03/01/2017.

PLANOS Trienais do Mercosul. Data. Disponível em: <http://www.Mercosul.gov.br/> e <<http://www.edu.mercosur.int>>. Acesso em: 14/07/2017.

PLAN del Sector Educativo del Mercosur, 2011-2015. 2011. Disponível em: <http://www.Mercosul.gov.br/> e <<http://www.edu.mercosur.int>>. Acesso em: 14/07/2017.

PLANO Trienal do Setor Educacional do Mercosul, 1998-2000. 1998. Disponível em: <http://www.Mercosul.gov.br/> e <<http://www.edu.mercosur.int>>. Acesso em: 14/07/2017.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PRADO, Iara. Abertura do Seminário Regional sobre o ensino de história e geografia no contexto do Mercosul. In: MARFAN, M. A. (Org.). **O ensino de história e geografia no contexto do Mercosul**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. São Paulo: **Revista de. História**: Humanitas – FFLCH – USP. Abr., 2002.

PROTOCOLO de Intenções. 1991. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b\\_63\\_2011-10-17-10-45-10/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b_63_2011-10-17-10-45-10/)>. Acesso em 14/07/2017.

RECONDO, Gregorio. La integración cultural latinoamericana: entre el mito y la utopía. **Integración latinoamericana**, n. 149-150, p. 36-53, 1989.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2003.

SADER, Emir. Introdução. In: SADER, Emir.; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo. (Coords.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 29-32.

SANTIAGO, Leila Adriana da Silva. **Ensino de história da América no Brasil e na Argentina (1995-2010)**: um estudo comparativo sobre a ótica da política de integração regional e da identidade latino-americana. 2012, 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTIAGO, Leila Adriana da Silva. O Ensino de história no setor educacional do Mercosul. **Percursos**, (Online), v. 11, p. 01-17, 2010. Disponível em:

<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2011/1646>. Acesso em 10/07/2018.

SANTIAGO, Leila Adriana da Silva; RANZI, Serlei Maria Fischer. As propostas do setor educacional do Mercosul para o ensino de história. **Revista Práxis Educativa**, v.8, n. 2, p. 443-463, 2013.

SANTIAGO, Leila Adriana da Silva; RANZI, Serlei Maria Fischer; CARVALHO, Marco Antônio de; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Políticas educacionais integradoras: propostas curriculares do Brasil e da Argentina. **Conjectura: Filosofia e Educação (UCS)**, v. 21, p. 144-181, 2016.

SARAIVA, José Flávio. História e geografia no Mercosul: trajetórias e perspectivas. In: MARFAN, Marilda de Almeida. (Org.). **O ensino de história e geografia no contexto do Mercosul**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SISTEMA Contínuo de Relatórios Sobre Migração Internacional Nas Américas. 2015. Disponível em: <<http://www.migracionoea.org/index.php/es/sicremi-es/acerca-de-sicremi.html>>. Acesso em: 23/11/2015.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Pós-fordismo no Brasil. **Revista de Economia política**, v.14, n. 13, p. 107-120, 1994.

TOLLIDAY, Stephen; ZEITLIN, Johnathan. "Introduction: between Fordism and flexibility". In: TOLLIDAY, Stephen; ZEITLIN, Johnathan. (Orgs.). **Between Fordism and flexibility**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p. 1-25,

TRATADO de Assunção. 1991. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado\\_de\\_Assuncao..pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf)>. Acesso em: 14/07/2017.

TRATADO Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. Data. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_integracao/docs\\_Unasul/TRAT\\_CONST\\_PORT.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_Unasul/TRAT_CONST_PORT.pdf)>. Acesso em: 14/07/2017.

UNASUL- SÍTIO OFICIAL. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/objetivos-especificos>>. Acesso em: 16/10/2015.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da. Tensões curriculares e narrativas: o ensino de história da América Latina. **Tempo e Argumento**, v. 04, p. 128-151, 2012.

WOOD, Stephen. **The transformation of work?**. London: Unwin Hyman, 1989.



A reivindicação política da identidade regional: a identidade latino-americana nos documentos oficiais do Mercosul e Unasul

*Wilian Carlos Cipriani Barom*

Recebido em 14/07/2017  
Aprovado em 21/05/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Programa de Pós-Graduação em História - PPGH**

Revista Tempo e Argumento  
Volume 10 - Número 24 - Ano 2018  
tempoeargumento@gmail.com